

02. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
03. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
04. CPF (original e cópia)
05. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
06. Instrumento de mandato, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
07. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
08. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
09. Curriculum Vitae, conforme modelo do anexo V, do EDITAL Nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
10. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos (modelo do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);

ANEXO II

- Documentos para apresentar até o dia da posse:
11. RG (original e cópia);
12. Cadastro PIS/PASEP;
13. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
14. 3 (três) fotos 3x4;
15. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
16. Comprovante de residência (original e cópia);
17. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
18. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
19. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994 (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
20. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
21. Declaração de bens (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II) ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
22. Declaração de parentesco (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
23. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II).

Protocolo: 159279

ATO Nº 57/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 8071/2017, em 21/2/2017, **R E S O L V E**:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59, *caput*, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, PAULO SÉRGIO DA SILVA SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração MP-AUD-C-I, lotado na Região Metropolitana de Belém II, nomeado por meio de Ato do Procurador-Geral de Justiça datado de 25/11/1992, publicado no D.O.E. de 26/11/1992, do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 16/2/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 050/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do EDITAL Nº 13/2013, datado de 29/4/2013, publicado do Diário Oficial do Estado de 2/5/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível médio do

Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará, cuja nomeação ocorreu nos moldes do art. 183 da Constituição do Estado do Pará, de 5/10/1989;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5o, inciso I, combinado com o art. 22, § 3o, ambos da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994, **RESOLVE**:

TORNAR SEM EFEITO a nomeação do candidato abaixo indicado, efetuada por meio do Ato nº 17/2017, de 27/01/2017, publicado no Diário Oficial do Estado em 06/02/2017:

REGIÃO BAIXO AMAZONAS		
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	CLASS	OBS
IVERTON PIMENTEL BERNARDES	43	-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 15 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 55/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 7048/2017, em 14/2/2017, **RESOLVE**:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, EMANUELE DA SILVA E SILVA do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do Ato nº 003/2016, datado de 18/1/2016, publicado no D.O.E. de 26/1/2016, a contar de 14/2/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 56/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 7048/2017, em 14/2/2017, **RESOLVE**:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, para exercer o cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, a contar de 14/2/2017:

REGIÃO NORDESTE II

EMANUELE DA SILVA E SILVA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 58/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 9941/2017, em 7/3/2017, **RESOLVE**:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, HÉLIO CARLOS PEREIRA DE SOUZA do cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional, Judicial e Extrajudicial do Interior, MP.CPCP-102.3, nomeado por meio do Ato nº 137/2016, datado de 5/9/2016, publicado no D.O.E. de 9/9/2016, a contar de 13/3/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 59/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 8235/2017, em 22/2/2017, **R E S O L V E**:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59, *caput*, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ROBERTO CAVALLEIRO DE MACEDO JUNIOR, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração MP-AUD-A-III, lotado na Região Metropolitana de Belém I, nomeado por meio de Ato do Procurador-Geral de Justiça datado de 19/2/2004, publicado no D.O.E. de 2/12/2004, do Ministério

Público do Estado do Pará, a contar de 22/2/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 60/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 10178/2017, em 8/3/2017, **RESOLVE**:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, ADNALDO CABRAL CUNHA do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeado por meio do Ato nº 024/2015, datado de 11/2/2015, publicado no D.O.E. de 25/2/2015, a contar de 20/2/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 48/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, TARCISIO FEITOSA DA SILVA do cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, MP.CPCP-102.4, ao qual foi nomeado por meio de Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 031/2011 datado de 18/3/2011, publicado no D.O.E. de 1º/4/2011, a contar de 1º/3/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 062/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos de decisão proferida em autos de processo autuado sob o n.º 006054-59.2016.814.0000;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 591/2017-PGE-GAB, de 20 de fevereiro de 2017, protocolizado sob o nº 8185/2017 em 22 de fevereiro de 2017, **RESOLVE**:

TORNAR SEM EFEITO a concessão de aposentadoria da servidora CLAUDIA MIRALHA DE ARAÚJO, efetuada por meio do Ato nº 70/2016, de 25/05/2016, publicado no Diário Oficial do Estado em 01/06/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 159269



PORTARIA

Portaria nº 38-A /2017/MPCM-PA , de 06 de março de 2017

Assunto: Estabelece normas regulamentares nos casos de substituições neste órgão Ministerial.

Protocolo: 159357